

**A GRANDE PROVOCAÇÃO:
NOTAS SOBRE O IMPACTO DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL**

Fabio Sá-Earp*

O CONSENSO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA OBRA

Os estudos sobre a obra de Celso Furtado raramente destacam o impacto de seus livros sobre o debate econômico nacional. Nosso objetivo é exatamente explorar esta lacuna. Isto significa que nos afastaremos da perspectiva usual de história do pensamento econômico, que busca analisar o conteúdo do discurso furtadiano, em prol de uma ênfase na **difusão** destas mesmas idéias, nos obstáculos de diversas naturezas que precisam ser superados. Neste artigo procurarei sugerir algumas razões para o alcance atingido pela obra maior de Celso Furtado, que ora alcança sua 34ª edição e que não teve similar em qualquer outro livro publicado por economista brasileiro.

Começemos pelo óbvio. Formação Econômica do Brasil (doravante denominada *FEB*) é considerada um marco do pensamento econômico brasileiro por economistas das mais diferentes formações. De fato, se verificarmos os depoimentos encontrados nos dois volumes do *Conversas com Economistas Brasileiros*,¹ a quase totalidade dos entrevistados coloca como o livro mais importante, ou um dos mais importantes já produzidos no país. Isto é afirmado de diferentes maneiras por Roberto Campos, Delfim Neto, Maria da Conceição Tavares, Mário Henrique Simonsen, Afonso Celso Pastore, Edmar Bacha, Luiz Gonzaga Belluzzo, André Lara Resende, Paul Singer, José Serra, Antonio Barros de Castro, João Manoel Cardoso de Mello, João Sayad, Yoshiaki Nakano, José Alexandre Scheinkman, Fernando de Holanda Barbosa, e Aloísio Mercadante. Além destas entrevistas, beneficiei-me igualmente de conversas com amigos que igualmente foram fortemente impactados por esta obra: Ana Maria Bianchi, Carlos Lessa, Ceci Juruá, Fabio Erber, Leda Paulani, Luiz Carlos Prado, João Ildebrando Bocchi, Maria Angélica Borges e Reinaldo Gonçalves.

O que caracteriza todos estes economistas é terem lido *FEB* entre 1959 e meados da década de 1970. Esta obra em geral era lida fora do espaço acadêmico, como formação autodidata, àquela época extremamente comum, diante da precariedade do ensino formal. O objetivo deste artigo é tentar responder porque

* Do Instituto de Economia da UFRJ. O autor agradece os comentários de Fabio Erber, que muito colaborou para este artigo. Os equívocos, inevitáveis neste tipo de trabalho, porém, são de minha exclusiva lavra.

¹ No Anexo, ao final deste texto, estão as opiniões de cada um destes autores.

leitores tão díspares se encantaram com o livro, apesar de discordâncias não apenas quanto às mais diversas questões econômicas, mas igualmente quanto ao enfoque de cada um na abordagem de *FEB*.

A PROPOSTA DE FURTADO

A Formação Econômica do Brasil foi apresentada da seguinte forma pelo autor:

“O presente livro pretende ser tão-somente um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira. Ao escrevê-lo o autor teve em mira apresentar um texto introdutório, acessível ao leitor sem formação técnica e de interesse para as pessoas – cujo número cresce dia a dia – desejosas de tomar um primeiro contato de forma ordenada com os problemas econômicos do país. A preocupação central consistiu em descortinar uma perspectiva o mais possível ampla. (...)”

“Embora dirigindo-se a um público mais amplo, o autor teve, de modo especial, em mente, ao preparar o presente trabalho, os estudantes de ciências sociais, das faculdades de economia e filosofia em particular. (...) Como simples esboço que é, este livro sugere um conjunto de temas que poderiam servir de base a um curso introdutório ao estudo da economia brasileira.

“Omite-se quase totalmente a bibliografia histórica brasileira, pois escapa ao campo específico do presente estudo, que é simplesmente a análise dos processos econômicos e não a reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos.” (Furtado, 1979:1-2)

Trata-se, portanto, de um convite ao diálogo dirigido acima de tudo ao público culto e, secundariamente, a um potencial uso nas universidades. Furtado escreveu *FEB* entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958, em função da insatisfação com seu livro anterior sobre o tema, *A Economia Brasileira*, publicado em 1954. A idéia de escrever seu ensaio mais importante lhe veio casualmente, quando estava a caminho e Cambridge para uma temporada de pesquisa com os mais importantes discípulos de Keynes, a convite de Kaldor. Furtado fez uma parada inesperada de dois dias em Recife, por conta da necessidade de realizar consertos no avião da Panair que o conduzia à Inglaterra, e lá adquirindo diversos livros, entre os quais a *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen. Relendo a vasta informação quantitativa existente em Simonsen lhe veio a idéia de elaborar um “modelo da economia do açúcar a meados do século XVII” (Furtado, 1985:204).

A idéia de trabalhar apenas sobre a economia açucareira colonial evoluiu para a realização de uma análise que abrangesse toda a história econômica do país. Sem a pretensão de produzir uma obra definitiva, antes pelo contrário, o que nos ofereceu foi uma grande provocação:

“... um vasto afresco, onde cada segmento estruturado teria o valor de uma sugestão, de um convite para que o leitor continuasse pensando com sua

própria cabeça. O importante era estimular outras pessoas a aprofundar a investigação. O livro seria uma coleção de hipóteses apenas iniciadas ou sugeridas. Os detalhes históricos seriam praticamente omitidos, para que o leitor captasse facilmente o movimento no tempo do conjunto observado.” (Furtado, 1985:205)

Esta é provavelmente uma das explicações para o sucesso. Trata-se de uma obra em elevado nível de abstração, que organiza o pensamento, mostrando como grandes estruturas se acumulam e se sucedem no longo prazo, e que não se preocupa com a controvérsia acerca dos detalhes históricos. É uma obra aberta, que preocupa-se em sugerir a investigação, não em apresentar uma verdade pronta. Nesses termos, mesmo aqueles que contestaram interpretações de Furtado estão na verdade seguindo o que desde o princípio lhes foi proposto pelo autor.

Se o acesso ao público culto aconteceu de imediato, muito menos permeáveis foram os currículos universitários, nos quais *FEB* só penetrou lentamente. De fato, apenas três anos depois de publicar *FEB*, Furtado faz uma pesada crítica ao ensino de economia no país:

“As teorias econômicas falecem, assim, de uma dupla vulnerabilidade. A primeira deriva de que as hipóteses explicativas são formuladas com respeito ao comportamento de modelos demasiadamente simplificados (...). Essa primeira falha é de natureza universal e vem sendo superada através de um grande esforço feito no sentido de melhorar a base de observação empírica (...).

“A segunda debilidade, específica da Economia ensinada em nosso país, tem sua raiz em que as teorias correntes, em sua generalidade, foram formuladas para explicar o comportamento de estruturas distintas da nossa. As diferenças entre as estruturas desenvolvidas e subdesenvolvidas parecem ser suficientemente grandes para retirar parte substancial da eficácia explicativa de muitas das teorias econômicas de maior aceitação. Ora, como ainda não existe um corpo de teorias, ou de variantes teóricas, elaboradas diretamente para explicar o comportamento de uma economia subdesenvolvida, semi-industrializada, com insuficiência crônica de capacidade para importar, com excedente estrutural de mão-de-obra em todas as direções, como é a nossa, não é de admirar que o estudante de Economia saia de sua escola e comece a enfrentar o mundo real com mais dúvidas e perplexidades do que outra coisa.” (Furtado, 1962:97)

Uma segunda explicação é que *FEB* traz a realidade brasileira para o terreno da análise econômica e conquista este território, lutando abertamente contra o determinismo geográfico então vigente, personificado no professor Eugênio Gudín. Pode parecer estranho a um leitor no início do século XXI que meio século atrás algum economista ainda se valesse de um argumento típico do século XIX, mas era o que ocorria no Brasil.

De fato, Furtado cita um artigo de Gudin² no qual o velho mestre afirmava com todas as letras, “Não há como negar que o desenvolvimento econômico é principalmente função do clima, dos recursos da natureza e do relevo do solo.” (Furtado, 1985:157) Se a Argentina apresentava melhores resultados econômicos do que o Brasil, a razão era que seu clima e seus solos eram mais favoráveis do que os nossos.

Para justificar sua atitude Gudin manuseava todo o arsenal teórico que conhecia e trazia ao Brasil e trazia ao Brasil economistas de relevo no mundo acadêmico norte-americano, como Jacob Viner. Contra estes Furtado argüia que a especificidade histórica dos países subdesenvolvidos justificava um novo enfoque teórico que fundamentasse novas políticas econômicas. Gudin fazia pouco desta argumentação, alegando que a teoria existente era mais do que suficiente para dar conta de uma realidade idêntica de desenvolvidos e subdesenvolvidos, e Furtado destaca em seu texto a famosa frase gudiniana: “As equações são as mesmas, apenas os parâmetros variam.” (Furtado, 1985:157)

Furtado trouxe para o campo científico a possibilidade de transformar aquilo que Gudin tomava como imutável. Isto pode explicar a razão pela qual tantos economistas consideram a *Formação Econômica do Brasil* e seu autor os pilares para a compreensão da economia do país – ainda que muitos deles defendessem posições teóricas distintas e tivessem explicações diferentes daquelas defendidas por Furtado.

Uma terceira explicação para o sucesso reside em que, além do determinismo geográfico contra o qual explicitamente se apresentava, *FEB* alinhava-se silenciosamente como uma alternativa à leitura da história econômica marxista, representada sobretudo pela *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Jr. Digo silenciosamente porque Furtado não debate com Caio Prado, na verdade sequer mencionada a obra deste que era um *player* fundamental do debate intelectual da época. Não se trata de um esquecimento, mas de uma opção. Furtado se apresenta como um reformista que segue uma estratégia semelhante à dos demais estruturalistas, que consiste em mostrar uma alternativa tanto ao liberalismo tradicional de Gudin quanto ao socialismo que ameaçava se espalhar pelo mundo. Defende algo que hoje chamaríamos uma terceira via, na qual um estado intervencionista corrigiria problemas estruturais sem eliminar a economia de mercado.

Uma quarta explicação diz respeito à retórica adotada, que merece análise mais detalhada.

² “O caso das nações subdesenvolvidas”, publicado na *Revista Brasileira de Economia*, de setembro de 1952.

O CENÁRIO NO QUAL FEB FOI PUBLICADA

FEB faz parte de uma família de livros que proliferaram em meados do século, os grandes ensaios que procuravam explicar o Brasil, como este país se tinha formado e do que tinha de específico. Trata-se de obras que freqüentemente tinham a palavra *Formação* no título – *do Brasil Contemporâneo, Econômica do Brasil, Política do Brasil, do Patronato Político Brasileiro, da Sociedade Brasileira...* em desuso faz mais de quatro décadas. E se isso acontece não é que nos faltem intelectuais do porte de Gilberto Freire, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Cândido, Raymundo Faoro, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré. Antes parece ser o oposto; acredito que o sistema universitário como um todo ocupou o lugar da *opus magna* dos antigos ensaístas e inviabilizou a produção deste tipo tão ambicioso de estudo.

De fato, os grandes ensaios tiveram seu momento antes da formação do moderno sistema universitário, centrado este na especialização, na pós-graduação e na pesquisa, e que só se consolidou nos anos 1980. Até então estávamos no mundo intelectual descrito por Joseph Love:

“As tradições intelectuais do Brasil e outros países latino-americanos gravitavam em torno do pensador, um homem que se orgulhava de sua vasta cultura e rejeitava a especialização. Esse pensador, com freqüência, com a mesma facilidade que escrevia sobre sociologia e política contemporâneas, escrevia também sobre literatura, e seus estudos, muitas vezes, cruzavam as fronteiras interdisciplinares. O veículo do pensador era o ensaio, uma forma literária que na América Latina mantém o prestígio que praticamente perdeu no mundo de língua inglesa. (...) Os juízos do ensaísta brasileiro tendiam a ser definitivos e eram apresentados de forma histórica. Antes de 1940 e mesmo posteriormente, poucos dos autores brasileiros que escreviam sobre temas sociais eram acadêmicos, e um número ainda menor havia estudado na Europa. Os que o fizeram raramente obtiveram graus de pesquisa, e sim diplomas em direito, engenharia e medicina.” (Love: 1998:350-1)

O pensador, ainda que portador de um diploma universitário qualquer, caracterizava-se pelo autodidatismo e atuava como um franco atirador que explorava sua vasta porém necessariamente limitada biblioteca particular, geralmente formada basicamente de ensaios – eram raras as monografias sobre o Brasil. Daí sua preferência por formulações abstratas e a indiferença à coleta sistemática de dados (de resto quase inexistentes no país). Igualmente raros eram os fóruns de debates, visto que as universidades, controladas por catedráticos ciosos de seu (por vezes pouco) saber e raramente afeitos ao diálogo, não se prestavam a tal.

Quanto às instituições de pesquisa, a situação brasileira contrasta fortemente até mesmo com a de um país europeu periférico, como a Romênia:

“Uma razão sociológica para a persistência da tradição do *pensador* é que raramente as instituições acadêmicas brasileiras voltavam-se para a pesquisa. O Brasil sofria de escassez de instituições de pesquisa social como tais: no período entreguerras, não houve, no Brasil, qualquer instituição comparável ao Institutul Social Român (Instituto Romeno de Ciências Sociais – ISR) de Dimitri Gusti, fundado em 1918-1921. O equivalente brasileiro do ISR foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado em 1955 e fechado pela ditadura militar em 1964. Tanto o ISEB quanto o ISR realizavam seminários interdisciplinares de pesquisa, visando esclarecer aspectos das respectivas realidades nacionais. A Romênia podia orgulhar-se, também, de possuir um Instituto Econômico (criado em 1921) e de um Instituto de Ciclos Econômicos, o qual tinha como modelo Harvard e o de Wagemann, na Universidade de Berlim. (Love, 1998:351)

Na verdade, mostra Love, o Brasil era atrasado mesmo em relação à Argentina e ao México, que já em 1928 criavam a divisão de pesquisa do Banco Central argentino, então dirigido por Raúl Prebisch, e o Instituto de Economia da Universidad Autónoma do México. O primeiro órgão de pesquisas foi a Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Seus estudos começaram apenas no final dos anos 1940 e a implantação da nova metodologia das Contas Nacionais patrocinada pelas Nações Unidas apenas se tornou disponível no início da década seguinte.

Nos anos 40, ao mesmo tempo em que se criava a FGV igualmente se implantava o curso de economia da Universidade do Brasil, mais tarde UFRJ. O curso da USP veio em seguida, no início dos anos 50. Ambos se esforçavam para romper com os antigos cursos técnicos de comércio, que misturavam elementos de economia com fragmentos de direito, contabilidade e administração. A baixa qualidade mesmo dos novos cursos refletia a formação precária de professores autodidatas e o regime de trabalho em tempo parcial – no Rio de Janeiro os melhores professores ocupavam sobretudo cargos na máquina governamental, em São Paulo nas empresas privadas.³

A solução encontrada para aprimorar o ensino de economia no final dos anos 50 foi o desenvolvimento de cursos que hoje denominaríamos de extensão e especialização em uma entidade corporativa (o Conselho Nacional de Economia) e em dois centros de pesquisas, o ISEB e o grupo CEPAL-BNDE. Estes cursos se propunham a introduzir o aluno à especificidade da realidade brasileira, divulgando as idéias de nossos pensadores.

³ Depoimento de Carlos Lessa. Ver Loureiro (1997).

No início dos anos 60 surgiram o curso de pós-graduação da FGV, portanto igualmente ligado a um instituto de pesquisa, e o primeiro ligado a uma universidade, o da USP. Ao contrário dos cursos anteriores, estes dois se destinavam a preparar alunos para serem aceitos em cursos de doutorado em economia nos Estados Unidos, sendo financiados pela USAID. Este foi o início de uma mudança radical no ensino e no debate em economia no Brasil, que passou a ser conduzido por *scholars* em lugar dos *policy makers*, em um processo que se desenrolou ao longo das décadas de 1960 e 1970.

Grande parte dos economistas formados nas décadas de 1950 a 1970 ainda tiveram, durante os anos de sua formação, contato com estes grandes ensaios e os grandes debates que provocavam.⁴ Trata-se de uma retórica que lhes era familiar, o que não acontece com profissionais mais jovens, criados em outra tradição intelectual, para os quais aqueles debates parecem exóticos e destituídos de importância.

Vejamos em seguida algumas explicações para a popularização de *FEB* entre o público culto, ao mesmo tempo para sua difícil penetração nas universidades brasileiras. Para isso precisamos entender, ainda que sumariamente, os *players* do debate sobre política econômica na época do lançamento do livro.

O DEBATE ECONÔMICO NOS ANOS 50

Nos anos 50 os debatedores eram personagens sem necessariamente qualquer ligação com a universidade. O debate se dava a dois níveis: por um lado nas poucas revistas acadêmicas existentes – *Conjuntura Econômica* e *Revista Brasileira de Economia*, ambas da FGV-RJ, e nas revistas das federações empresariais. Estas publicações atingiam um público caracterizado por ser muito restrito e dotado de limitado conhecimento sobre o assunto, resultado da baixa difusão no país daquilo que hoje consideramos conhecimentos básicos de economia.

Tal situação resulta da implantação tardia de faculdades de economia no país, e da baixa qualidade do ensino de ciências econômicas nas poucas existentes, cujos currículos tinham forte participação de disciplinas de administração de empresas, contabilidade e direito. Inexistia ensino de pós-graduação no país até os anos 1950, e mesmo o primeiro curso de especialização criado – o do Conselho Nacional de Economia, no Rio de Janeiro – deixava muito a desejar pelos padrões atuais de excelência acadêmica. Foi exatamente a necessidade de definir um padrão de curso de

⁴ Um dos mais importantes dizia respeito à existência ou não de traços feudais no campo brasileiro, e das suas conseqüências para a trajetória de modernização do país.

ciências econômicas para o Brasil foi o que levou à realização do Seminário de Itaipava, em 1966, que criou as bases para o ensino de pós-graduação em economia no país e o órgão para realizá-lo, a ANPEC.⁵

No final dos anos 1940 e início dos 1950 aquelas revistas eram pluralistas, abrigando os relativamente poucos representantes das diversas correntes de opinião – por exemplo, a primeira publicação mundial do célebre manifesto de Prebisch, de 1949, foi feita pela *Revista Brasileira de Economia*, no ano seguinte, em uma tradução de Celso Furtado. À medida, porém, que o debate se foi acirrando (fruto das novas medidas industrializantes do início dos anos 50), as portas da FGV foram se fechando, e surgiu a necessidade de criação de outros veículos para a exposição das idéias desenvolvimentistas, como acabou fazendo o próprio Furtado.

Por outro lado, o debate para o público mais amplo – e travado a um nível teórico ainda mais baixo – dava-se através da imprensa das principais capitais, com alcance apenas local.⁶ Por exemplo, o debate entre Furtado e Gudin era prejudicado por este pequeno alcance da imprensa; Gudin atacava com matérias publicadas no *Correio da Manhã*, no *Diário de Notícias* e no *Jornal do Commercio* – todos do Rio de Janeiro (em alguns casos as matérias eram transcritas em jornais paulistas). Furtado tem consciência de que:

“... era um debate que interessava a economistas e estudantes de economia. Tratava-se de ocupar um espaço no mundo das idéias e de influir nos círculos que tomavam decisões. O que eu dizia tinha repercussão em São Paulo, mas no Rio o que se ouvia era a ressonância dos artigos de Gudin.” (Furtado: 1985:160)

Furtado contava com aliados importantes neste debate, como empresários da Confederação Nacional das Indústrias e burocratas esclarecidos, muitos dos quais sediados no BNDE. Mas não tinha nenhum apoio acadêmico, portanto não conseguia influenciar a formação dos economistas que então se formavam no Rio de Janeiro, que tinham uma formação basicamente à imagem de professores como Gudin e Octávio Gouveia de Bulhões. Para se fazer ouvir na capital, Furtado criou o *Clube dos Economistas* e a revista *Econômica Brasileira*. Através destes canais foi

⁵ Em Itaipava, sob o patrocínio da Fundação Ford, estiveram reunidos representantes dos dois primeiros cursos de pós-graduação criados para preparar economistas para doutorados no exterior, o da FGV-RJ e o da USP, ambos financiados pela USAID. Os debates foram conduzidos pelos representantes destas instituições, respectivamente Mário Henrique Simonsen e Antonio Delfim Netto. Estiveram igualmente representantes de universidades que ainda não haviam montado seus cursos de pós-graduação mas se preparavam para fazê-lo, como a UFRJ, a PUC-RJ e a UFRGS. (Versiani, 2007)

⁶ Sobre o debate na época ver Bielshowsky (1988).

progressivamente expandindo sua área de influência, o que o levou progressivamente à diretoria do BNDE, à criação e direção da SUDENE e ao ministério do Planejamento.

O prestígio do autor refletiu-se sobre a aceitação da obra. Na medida em que Furtado ganhava espaço no debate sobre política econômica, sua obra ia se tornando uma referência obrigatória entre o público culto – mesmo, e talvez principalmente, aquele não versado em rudimentos de macroeconomia. Não se debate o futuro do país sem uma história de onde partir; *FEB* proporcionava esta história. E, ao contrário da obra de Caio Prado Jr., apontava para uma revolução não socialista. Furtado foi incapaz de dizer precisamente em que a mesma consistiria (além de uma mais forte intervenção do Estado na economia), na sua *A pré-revolução brasileira*, mas ao menos não era – ou não parecia ser – aquelas defendida por intelectuais como Caio Prado Jr. ou pelos partidos comunistas. Furtado jamais foi claro acerca de seu objetivo político, talvez procurando alargar sua base de alianças.

Ainda que não tenha penetrado nos currículos universitários durante uma boa década após sua publicação, *FEB* foi recebida avidamente e digerida através de um mecanismo para-universitário típico de conjunturas em que a universidade está atrofiada, o grupo de estudos. De fato, como relembra este autor e diversos entrevistados confirmaram, a precariedade do ensino e seu afastamento de temas considerados palpitantes fazia do grupo de estudos uma estrutura informal formada por grupos de amigos. Talvez o mais conhecido destes grupos tenha sido aquele formado em São Paulo para estudar o *Capital*, de Marx, de que participaram, entre outros, Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Gianotti. No caso de *FEB*, sua leitura em grupo de estudos foi mencionada por diversos entrevistados. Além disso, a obra de Furtado era objeto de discussão no principal *think tank* da época, o ISEB.

O prestígio adquirido por Furtado o levou à fundação e direção da SUDENE e, posteriormente, do Ministério do Planejamento. Transmutado de intelectual em *policy maker*, foi envolvido no turbilhão político que levou ao golpe de 1964. A cassação dos direitos políticos de Furtado e seu exílio o transformaram em um maldito para alguns, um herói para outros – o que em ambos os casos dificultou a avaliação de sua obra. Em uma sociedade polarizada entre duas grandes alianças, onde cada uma das quais pode classificar todos os *players* entre **nós** e **eles**, o debate intelectual tende a ser obliterado pelo conflito ideológico que a tudo permeia.

A penetração de *FEB* na universidade brasileira, até onde consegui apurar, foi lenta e bastante diferenciada no tempo. A referência mais antiga que encontrei em uma busca não exaustiva, foi sua leitura no curso de Desenvolvimento Econômico da

Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, em 1965.⁷ Nas faculdades de maior renome parece ter havido menos permeabilidade às idéias de tão notório opositor do regime; na verdade, a adoção do livro de Furtado parece ter variado na função inversa do grau de conflito político-ideológico verificado em cada unidade de ensino.

Por exemplo, no início dos anos 70 seu nome era um anátema no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, como relembra este autor de sua época de estudante. Em 1973 a professora Ceci Juruá, ex-assistente de Furtado em Paris, foi afastada do IFCS por estar lecionando *FEB* a seus alunos.⁸ No mesmo momento, na mesma UFRJ, o livro era estudado na Faculdade de Economia e Administração sem provocar qualquer *frisson*.⁹ Esta diferença pode ser explicada pela violenta repressão que aplicou-se sobre professores e alunos do IFCS, em duas vagas, a primeira em 1964 e a segunda em 1969. No mesmo ano de 1973, a mesma professora Ceci ministrava o livro de *FEB* aos alunos da Faculdade Cândido Mendes sem ser incomodada pela direção – apesar do grande número de policiais que freqüentavam o curso noturno daquela instituição e, em pelo menos uma ocasião, vetaram o nome de Furtado como patrono de uma turma.

Na Faculdade de Economia e Administração da USP *FEB* era ministrado no curso de mesmo nome em meados dos anos 70. Observe-se que não havia na FEA a cadeira de Desenvolvimento Econômico (sequer como optativa) e não se discutiam as idéias da CEPAL, sendo Furtado lido como o autor de história econômica que aplicava categorias macroeconômicas.¹⁰ Ainda em São Paulo, na mesma época *FEB* era estudado na PUC e na Escola de Sociologia e Política; esta última, porém, é um caso à parte, tendo sido sempre um oásis de liberdade em meio à ditadura.

Como se pode explicar este sucesso restrito das idéias de Furtado?

UMA TENTATIVA DE MODELAGEM DO SUCESSO DE *FEB*

Em trabalhos anteriores¹¹ esbocei um modelo de análise do processo de difusão de idéias econômicas. Proponho, basicamente, que novas idéias têm que passar pelo crivo da avaliação da comunidade científica, dos estudantes e do público em geral. Esta avaliação é feita mediante testes de força, nos quais:

“... são usados diversos métodos: exercícios de disputa metodológica e retórica (inclusive a aplicabilidade do novo conhecimento para a explicação do mundo),

⁷ Depoimento de Ceci Juruá.

⁸ Segundo depoimento da própria.

⁹ A informação é de Reinaldo Gonçalves.

¹⁰ Segundo depoimento de Leda Paulani.

¹¹ Sá-Earp (1996, 2000) e Lessa e Sá-Earp (2007).

provando a superioridade da proposta de forma a cooptar colegas e discípulos, o encaixe da proposta em teorias mais amplas, a adesão a aspectos consagrados ou esquecidos da obra de cientistas do passado, a compatibilidade com disciplinas vizinhas, das quais se pode importar prestígio, a obtenção de recursos capazes de sustentar pesquisadores e equipamentos, o que inclui o controle de instituições de pesquisa e fomento; a definição de rotinas de pesquisa e parâmetros de excelência, etc.” (Sá-Earp, 1996:533)

Os debates nos diversos fóruns empresariais e através da imprensa foram os embates em que Furtado se lançou. Sua explicação histórica proporcionou-lhe uma vantagem frente a Gudin, mas não frente aos marxistas, que contavam com algo equivalente. Esta pode ter sido uma das razões para, conscientemente ou não, evitar o debate à esquerda, para cooptar aliados nestas hostes.

Por outro lado, tanto Gudin quanto os marxistas estavam em vantagem por poderem encaixar suas propostas em teorias mais amplas e buscarem apoio em teorias mais amplas e cientistas do passado. E Gudin conseguiu reunir os recursos necessários para construir as organizações de ensino e pesquisa, na Universidade do Brasil e na Fundação Getúlio Vargas, que excluíram durante muito tempo a visão alternativa de Furtado.

A vitória em um teste de força gera o aumento da boa vontade dos usuários potenciais frente ao novo conhecimento. Assim, cada vitória cria um *efeito-legitimação* que expande o mercado potencial para seus novos trabalhos; o acúmulo de trabalhos bem recebidos cria um *efeito-consagração* sob a forma de uma expectativa favorável por parte do público para novos trabalhos do autor (ou grupo de autores).

Em geral são mais facilmente aceitas inovações incrementais que não coloquem em xeque o paradigma científico aceito pelo público. Isto porque, uma vez que o indivíduo se habitua a pensar segundo um dado conjunto de cânones, a mudança tem um custo elevado, que geralmente varia na razão direta do tempo investido no aprendizado. São raros os casos de conversão tardia – merecendo destaque aquelas realizadas por Alvin Hansen ao Keynesianismo¹² e de Raúl Prebisch ao estruturalismo latino-americano. É por esta razão que a concorrência entre correntes de pensamento se dá sobretudo pela captura de iniciantes, sendo crucial a captura de cátedras universitárias. Por outro lado, quanto maior o prestígio destas, maior a probabilidade de atraírem simpatias *a priori* por parte do público – e portanto de apropriação de recursos humanos e materiais para o desenvolvimento da nova escola de pensamento.

¹² Ver Sá-Earp (2000)

Nesse sentido, a utilização de categorias keynesianas em *FEB* era uma inovação em relação à história econômica e igualmente à teoria econômica lecionada na época de seu lançamento – mas perfeitamente compatível com a macroeconomia que passou a ser ensinada a partir dos anos 70. Isto explicaria o atraso para penetrar na universidade, tanto quanto o sucesso posterior.

Uma corrente de pensamento não vigora no éter, necessitando de uma localização. Chamo de *Meca* o centro universitário e/ou de pesquisa reconhecido como centro de uma escola de pensamento. Neste sentido, o King's College de Cambridge desempenhou o papel de *Meca* do keynesianismo original, da mesma forma que o foram o MIT para a síntese neoclássica, Santiago do Chile para o estruturalismo cepalino e Chicago para o monetarismo. No Brasil a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro desempenhou o papel de *Meca* da ortodoxia desde os anos 50, da mesma forma que o Instituto de Economia da Unicamp o foi para a heterodoxia dos anos 79 e 80. Furtado nunca contou com uma *Meca* para suas idéias,¹³ o que dificultou sua propagação e aperfeiçoamento.

O conhecimento, pelo menos em ciências sociais, é não-rival e não-exclusivo, de forma que seu criador não pode se utilizar de direitos de propriedade para impedir sua apropriação por outrem. Assim, ainda que o modelo IS-LM tenha sido criado por Hicks e Hansen, quem efetivamente o difundiu foi Paul Samuelson em seu livro *Introdução à Economia*, que o apresentou de forma mais compreensível para um amplo público estudantil. O mesmo ocorreu com a difusão do conceito de multiplicador, formulado por Kahn e difundido por Keynes. O papel de obra introdutória ao pensamento cepalino ficou com o manual *Introdução à Economia*, de Antonio Barros de Castro e Carlos Lessa.

No entanto, Keynes (e não Samuelson) ficou com o prestígio decorrente de sua inovação – aquilo que proponho chamar de *status* de *Pai Fundador*. Este prestígio está ligado à idéia de que quem inovou uma vez, além de merecer reverência pelo feito, ainda pode tornar a fazê-lo novamente, estando em um plano superior aos demais. Um *Pai Fundador* se beneficia, portanto, de uma valorização de seus serviços como professor, escritor, consultor, pesquisador e conferencista. Esta valorização aumenta na razão direta do número de seguidores de suas idéias, que se constituem em um mercado para suas idéias e apresentações. Por outro lado, caso a inovação apresentada contradiga o paradigma dominante e permaneça relativamente marginal,

¹³ Mesmo a CEPAL era o espaço de Prebisch, com quem Furtado tinha divergências veladas.

proponho atribuir a seu Pai Fundador o título que Furtado destinou a Prebish: o *Heresiarca*.

Proponho que Celso Furtado foi o Pai Fundador da economia do desenvolvimento no Brasil, e tornou-se o grande Heresiarca brasileiro, sendo aceito como tal em menor ou maior escala por todas as correntes do pensamento econômico. Isto o qualificou para atuar como *policy maker* em diferentes órgãos governamentais (BNDE, SUDENE e Ministério do Planejamento), o que por sua vez reforçou seu prestígio enquanto intelectual especializado em economia.

O conhecimento econômico tem algumas especificidades no campo das ciências sociais. Uma delas é a proximidade com uma clientela dotada de recursos para financiamento de pesquisa, os *policy-makers* nacionais e de organismos internacionais. A estes se juntam os empresários que contratam consultorias e oferecem cargos em nos conselhos de suas empresas. O diálogo e a troca de posições entre economistas da academia, do aparelho de estado e do setor privado são muito mais intensos do que no caso da antropologia, da sociologia e da ciência política. A este conjunto de clientes capazes de remunerarem o economista além de seus proventos oriundos da universidade e dos centros de pesquisa denomino *Cornucópia*. A disponibilidade de uma Cornucópia é crucial para a montagem e expansão de equipes capazes de desenvolverem qualquer linha de pensamento e fortalecerem uma Meca e centros subsidiários. As idéias de Furtado nunca sensibilizaram Cornucópias – sua trajetória errante foi uma das causas, mas não a única.

Cada escola de pensamento tem um paradigma que é compartilhado por todos os participantes sem contestação: a sua *Verdade*. Os usuários possuem diferentes capacidades para apreenderem a Verdade, na medida em que difere grandemente seu domínio sobre o estoque de conhecimentos ao mesmo incorporado. É por esta razão que qualquer Verdade precisa ser apresentada em diferentes graus de profundidade para os diferentes usuários. De uma maneira geral esta apresentação é feita em quatro diferentes versões. A primeira delas, V1, é a versão *erudita*, ao alcance apenas dos profissionais mais bem preparados (no caso do keynesianismo trata-se daquela apresentada na Teoria Geral). É especialmente importante que a V1 se expresse em uma obra máxima que desempenhe o papel de *Bíblia*, cujo domínio diferencie o seguidor de alto nível dos demais. A segunda, V2, é a versão *intermediária*, voltada para o profissional médio e também ao alcance da compreensão dos *policy-makers* mais ilustrados (no exemplo do keynesianismo, o modelo IS-LM e, mais tarde, os

manuais avançados para uso na pós-graduação)¹⁴. A terceira é a versão *pedagógica*, V3, que geralmente se expressa através de manuais dedicados a preparar os futuros usuários da V2 (prossequindo no exemplo keynesiano, o manual de *Introdução à Economia* de Paul Samuelson). Finalmente temos V4, a versão voltada para o *grande público* e os policy-makers menos ilustrados (a idéia de que mediante a geração de déficit público se pode manter elevados níveis de crescimento e emprego, difundida, na Inglaterra, pelo manual de Abba Lerner).

Vejamos agora como a Economia do Desenvolvimento (doravante chamada *ED*), na qual os trabalhos de Furtado se inserem, pode ser analisada utilizando-se esta metodologia. O pós-guerra criou uma oportunidade única para os economistas aplicarem suas preocupações com o longo prazo, privilegiando a mudança estrutural e a superação do atraso. A *ED* teve seus pais fundadores no cenário internacional, Raúl Prebisch e Hans Singer, ambos funcionários de organismos internacionais. Esta inserção extra-acadêmica não foi suficiente para que conquistasse alguma universidade de prestígio: sua Meca foi a modesta Santiago do Chile. Se isto, por um lado, facilitou o acesso à Cornucópia – as verbas internacionais para estudos sobre o desenvolvimento econômico – por outro fez com que não houvesse o necessário cuidado com a versão V1 de sua Verdade. Como observou Rostow (1990:418), os autores que se dedicaram à tarefa não construíram um corpo teórico geral e sistemático semelhante ao que tinham feito os economistas clássicos e neoclássicos:

“They were concerned with an operational question: How could nations that had, for whatever reasons, been left behind the previous two centuries catch up with the more advanced countries (...)? More particularly, how could they move from slow, erratic, uneven progress to sustained growth accompanied by social progress and a place of dignity in the world scene? (...) What would these aspiring countries do? And, in first instance, this mean: What should the governments do that were interested and willing to help?”

Em suma, a agenda dos economistas do desenvolvimento não era essencialmente de *análise* econômica, mas de *fundamentação de política* econômica. Jamais foi construída uma V1, muito menos sua Bíblia. Apareceu, sim, uma V2, expressa nas obras de Prebisch e na coletânea de Agarwala & Singh (1958) – que sequer é completa, pois, por exemplo, não contempla a teoria do crescimento desequilibrado de Albert Hirschman. A V3 foi objeto de diversos manuais introdutórios, como o Castro

¹⁴ Autores oriundos da Cambridge britânica, como Joan Robinson, rejeitaram o modelo IS-LM – mas foi este que se difundiu como versão acessível do keynesianismo até os anos 1970. Apenas a partir de então esta versão pós-keynesiana difundiu-se, não no período 1930-1970, que é o que nos interessa neste texto.

& Lessa, e a V4 manifestou-se por versões populares de apoio a programa de substituição de importações e modernização em geral.

Sua força e sua fraqueza derivavam de sua utilidade para os *policy-makers* e as forças políticas em conflito. Durante as décadas de reconstrução e guerra fria a desconfiança dos setores mais rigorosos da academia diante da fragilidade dos fundamentos da *ED* foram colocados em segundo plano. Mesmo em seu período áureo, porém, esta corrente de pensamento sofreu fortes críticas de paradigmas rivais, como a ortodoxia neoclássica de Jacob Viner, o keynesianismo bastardo de Robert Solow e o marxismo em suas variadas facetas.

Como se situa *FEB* nesse contexto? Economistas de diferentes escolas de pensamento aprovaram *FEB*, apesar de discordarem em torno de diversas questões da maior relevância. Ou seja, este livro tem muito maior aceitação do que quaisquer das teses da *ED*. Uma possível explicação é que nesta obra Furtado aplicava categorias macroeconômicas para pensar a economia no **longo** prazo, enquanto o essencial do debate que dividia e continua dividindo os economistas são questões de **curto** prazo.¹⁵ Isto livrou Furtado de um teste de força decisivo no qual seria certamente derrotado, por não possuir uma *V1* e uma *V2* capazes de convencer seus leitores.

FEB venceu como uma obra didática, uma *V3*. Como observa Paul Singer em entrevista a Mantega e Rego (1999), este livro fez sucesso imediatamente como livro de história, não de economia. Isto se aplica a *FEB* e igualmente à *Formação econômica da América Latina*. Sobre ambos escreveu de Paula:

“Estes livros, rigorosamente, não são trabalhos historiográficos no sentido de não se proporem ao que é indispensável para caracterizar o trabalho historiográfico, o uso de fontes documentais sob o crivo da interdição do anacronismo. Nesse sentido preciso de atribuição da prática historiográfica, o único trabalho rigorosamente historiográfico de Celso Furtado é sua tese de doutorado (...).” (de Paula, 2007:265)

Parece-me que existem duas razões para isso. Primeiro, havia uma demanda por um ensaio que sintetizasse o debate sobre história econômica do Brasil, que se desenvolvera nas três últimas décadas. Como mostra Rosa Maria Vieira (2003), esse movimento teve origem em Portugal, em 1928, quando João Lucio de Azevedo publicou *Épocas de Portugal Econômico – Esboços de História*, na qual lança a idéia dos ciclos da economia colonial, começando pelo ciclo da pimenta, origem da expansão marítima portuguesa. Sucedem-se trabalhos de história econômica e política do Brasil:

¹⁵ A exceção são os marxistas, tradicionais analistas do longo prazo, com quem Furtado evitou debater.

- . em 1933 Caio Prado Jr. lança a *Evolução Política do Brasil*;
- . em 1935 John F. Normano publica em 1935 *Brazil: a Study of Economic Types* (lançado em português em 1938 com o título *Evolução Econômica do Brasil*);
- . em 1937 Roberto Simonsen publica a *História Econômica do Brasil (1500-1820)* e Alfredo Ellis Jr. sua *A Evolução Econômica Paulista e Suas Causas*;
- . em 1938 Afonso Arinos de Mello Franco lança a *Síntese da História Econômica do Brasil*;
- . em 1939 Roberto Simonsen volta com a *Evolução Industrial do Brasil*;
- . em 1941 José Jobim publica a *História das Indústrias no Brasil*;
- . em 1942 Caio Prado Jr. volta com a *Formação do Brasil Contemporâneo*;
- . em 1944 volta Afonso Arinos de Mello Franco com *O Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*;
- . em 1945 novamente Caio Prado Jr. publica a *História Econômica do Brasil*.

Segundo, o substrato teórico de Furtado estava apenas implícito em *FEB*;¹⁶ ficava aberta ao leitor a possibilidade de adaptá-lo ao seu próprio esquema teórico, ou simplesmente ignorar este ponto. *FEB* presta-se a diferentes leituras e era, sob este ponto de vista, uma obra aberta, passível de uma abordagem teoricamente holística¹⁷ – ainda que questionável em termos mais rigorosos de análise. Por esta razão foi o V3 possível para o ensino de história econômica e que tinha a vantagem de ser compatível com a teoria ensinada em um curso de introdução à economia, especialmente aqueles que utilizavam o manual da CEPAL (o Castro & Lessa), mas igualmente com as versões mais convencionais de macroeconomia. Desta forma apareceu há décadas uma disciplina chamada FEB nos currículos mínimos de economia, onde se mantém até hoje. Na verdade, dada a tradicional heterogeneidade intelectual dos departamentos de economia, as disciplinas históricas são o refúgio de professores heterodoxos, e o uso do livro de Furtado como um manual (o oposto do objetivo do autor) pode servir de elemento de composição em ambientes politicamente desfavoráveis.

FEB venceu igualmente como V4, uma obra para o grande público não especializado. Em história o V4 corresponde aos livros de segundo grau. Na época estes trabalhos faziam sínteses de história política constando essencialmente de datas de grandes eventos e nomes dos principais personagens, que conduziam os estudantes ao decoreba sem qualquer explicação racional. Alguns dos profissionais mencionados

¹⁶ Como bem observa Szmrecsányi (2007), as obras teóricas de Furtado aparecem apenas a partir dos anos 60.

¹⁷ Acima de tudo, era possível adaptar FEB a leituras marxista e não marxista.

no início deste trabalho¹⁸ leram FEB no curso de história sob orientação de seus professores do secundário, e tiveram acesso a uma maneira de pensar completamente diferente, que lhes abria caminho para o raciocínio e a discussão. No clima de forte efervescência política dos anos 60 a sedução era quase irresistível.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Celso Furtado, meio século atrás, apresentou *FEB* ao público leitor como uma grande provocação, um convite ao debate acerca da formação histórica da economia nacional, que foi, como visto, extremamente bem sucedida, apesar dos obstáculos. Este fato é aceito sem discussão; as razões que o causaram, porém, estão longe de tal consenso, função da pouca importância dada à análise da difusão das idéias econômicas no país.

Este artigo, fartamente impressionista ainda que apresentado com ares de certeza, deve ser lido como uma pequena provocação - um convite para o alargamento do debate sobre o tema.

ANEXO: OPINIÕES SOBRE FEB

Roberto Campos: "Do lado histórico, o trabalho de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, é bastante importante, conquanto haja várias interpretações históricas equivocadas." (Biderman, Cozac e Rego, 1996:40).

Delfim Neto: "De Celso Furtado, o livro de história econômica, que é uma espécie de romance, é um livro extraordinário por causa da forma. Aquela interpretação integral, global, transmite uma lógica para a história que é absolutamente fantástica." (Biderman, Cozac e Rego, 1996:94).

Maria da Conceição Tavares: "O mestre Furtado, podemos chamar grande por quê? Porque ele disse: 'Acho que a Formação Econômica deste país não é como estão dizendo.'" (Biderman, Cozac e Rego, 1996:147).

Mário Henrique Simonsen: "Na literatura econômica brasileira temos dois livros clássicos, eu diria, o livro do Gudin, *Princípios de economia monetária* e o livro do Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*." (Biderman, Cozac e Rego, 1996:192).

Afonso Celso Pastore: "Aquele livro do Celso Furtado foi para mim uma coisa extraordinária. O que ele escreveu depois não teve o mesmo impacto. Foi um

¹⁸ Ana Maria Bianchi, José Alexandre Sheinkman e Luiz Carlos Prado.

trabalho científico de grande repercussão, envergadura e importância. Os outros eu acho que são menores (...). ele já não tinha mais o *insight* que teve no *Formação*, no qual trabalhou por vários anos.” (Biderman, Cozac e Rego, 1996:220).

Edmar Bacha: “Clássico em economia brasileira? Celso Furtado, o *Formação Econômica do Brasil*.” (Biderman, Cozac e Rego, 1996:234).

Luiz Gonzaga Belluzzo: Perguntado que livros considerava clássicos na Economia Brasileira, respondeu: “Bem, agora preciso tomar cuidado para que depois não fiquem com raiva de mim. Eu considero *Formação Econômica do Brasil*, sem dúvida.” (Biderman, Cozac e Rego, 1996:257).

André Lara Resende: Perguntado quais economistas brasileiros considera fundamentais, disse: “Certamente, do ponto de vista da influência, Celso Furtado. O livro *Formação Econômica do Brasil*, tendo dado margem a tantas contra-teses, é um clássico. Uma pessoa como Furtado tem uma contribuição extraordinária para a compreensão da economia brasileira.” Em seguida refere-se a Mario Henrique Simonsen. (Biderman, Cozac e Rego, 1996:287).

Paul Singer: Perguntado quais os livros brasileiros na área econômica que mais o influenciaram, respondeu: “Não há dúvida de que foi o Celso Furtado. (...) O livro mais importante do Celso é o *Formação Econômica do Brasil*, de 59, e foi imediatamente capturado pelo pessoal de História curiosamente, e não pelo pessoal de teoria econômica.” (Mantega e Rego, 1999:57).

José Serra: Perguntado quais os livros de economia que mais marcaram sua formação, respondeu: “O primeiro que eu li foi *Formação Econômica do Brasil*, do Celso Furtado. Esse livro foi um marco de referência para todos os trabalhos de história econômica posteriores e é o principal ensaio nesse campo já feito por um latino-americano.” (Mantega e Rego, 1999:121).

Antonio Barros de Castro: “A tese dele, segundo a qual a socialização das perdas da cafeicultura, mediante a compra e queima do produto, protegeu o mercado interno e deu início à industrialização, é um marco da história das idéias no Brasil.” (Mantega e Rego, 1999:161).

João Manoel Cardoso de Mello: “A obra de Celso Furtado, para mim, é a única dentre a dos economistas brasileiros que tem um significado claramente universal. (...) Ferramentas básicas da análise econômica – a idéia de excedente econômico da Economia Política Clássica e a macrodinâmica keynesiana – são utilizadas para pensar articuladamente a história do capitalismo e a história econômica do Brasil. Como resultado surgem, de um lado, uma teoria do subdesenvolvimento

e, de outro, uma interpretação do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.” (Mantega e Rego, 1999:191-2).

João Sayad: Perguntado quais os autores que mais influenciaram sua formação, respondeu: “Celso Furtado, sem dúvida nenhuma, com a *Formação Econômica do Brasil*. Esse é o número um. Eu acho que todos os economistas da minha idade devem ter sido fortemente influenciados por ele.” (Mantega e Rego, 1999:218).

Yoshiaki Nakano: Perguntado sobre os livros que mais influenciaram sua formação, respondeu: “(...) Sobre a realidade brasileira, tiveram impacto profundo as obras de Celso Furtado, *A Economia Brasileira* (que depois virou *Formação Econômica do Brasil*) (...)” (Mantega e Rego, 1999:255).

José Alexandre Scheinkman: “Acho que a primeira vez que me interessei por economia foi quando li um livro do Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*. Eu estava no Colégio Pedro II (...). No livro do Celso Furtado eu descobri que havia uma maneira diferente de pensar os problemas sociais pela economia.” (Mantega e Rego, 1999:281).

Fernando de Holanda Barbosa: “Uma das pessoas que certamente mais me influenciou foi Celso Furtado. (...) Acho também o livro *Formação Econômica do Brasil* um marco da nossa literatura econômica, porque apresenta uma análise do que foi a história econômica brasileira. E a partir daí procurei estudar livros de economia.” (Mantega e Rego, 1999:306).

Aloísio Mercadante: Perguntado que autores que mais o influenciaram respondeu: “No Brasil, o grande marco do pensamento contemporâneo foi Celso Furtado. A *Formação Econômica do Brasil* é uma leitura obrigatória.” (Mantega e Rego, 1999:358).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- . Agarwala, A.N. e Sigh, S.P. (1958). *The economics of underdevelopment*. Oxford: Oxford University Press.
- . Biderman, Ciro, Cozac, Luis Felipe e Rego, José Marcio (1996). *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34.
- . Bielshowsky, Ricardo (1988). *O pensamento econômico brasileiro (o ciclo ideológico do desenvolvimentismo)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- . Castro, A.B. e Lessa, C.
- . de Paula, João Antonio (2007), “História e cultura no pensamento de Celso Furtado”, in Carvalho, Fernando Cardim e Sabóia, João, *Celso Furtado e o século XXI*, São Paulo: Minha Editora/Manole.
- . Furtado, Celso (1962). *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

- . ----- (1979). *Formação econômica do Brasil*. São Paul: Ed. Nacional, 16ª edição.
- . ----- (1985). *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- . ----- (1989). *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- . ----- (1991). *Os ares do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- . Lessa, Carlos e Sá-Earp, Fabio (2007). "Mais além do II PND: o Instituto de Economia da UFRJ", in Szmrecsányi e Coelho, 2007.
- . Leopoldi, Maria Antonieta P. (2000). *Política e interesses na industrialização brasileira*. São Paulo: Paz e Terra.
- . Loureiro, Maria Rita (1997). *Os economistas no governo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- . Loureiro, Maria Rita [org.] (1997a). *50 anos de ciência econômica no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- . Love, Joseph L. (1998). *A construção do Terceiro Mundo. Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- . Mantega, Guido e Rego, José Marcio. *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo: Editora 34.
- . Rostow, Walt W. (1990). *Theorists of economic growth from David hume to the present*. Oxford: Oxford University Press.
- . Sá-Earp, Fabio (2000). "A tríplice revolução da geração keynesiana: notas sobre a dinâmica da difusão das idéias econômicas". *Ensaio FEE*, ano 21, nº 2.
- . ----- (1996). "Um pouco além de Thomas Kuhn: da história do pensamento econômico à história da ciência econômica". *Revista de Economia Política*, vol. 16, nº 1, janeiro-março.
- . Szmrecsányi, Tamas (2007). "Celso Furtado (1920-2001) e a economia do desenvolvimento", in Szmrecsányi e Coelho, 2007.
- . Szmrecsányi, Tamas e Coelho, Francisco S. (2007). *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas/Ordem dos Economistas do Brasil.
- . Versiani, Flavio (2007). "Intercâmbio, verbas e pluralismo: a ANPEC na evolução do ensino e da pesquisa em economia no Brasil", in Szmrecsányi e Coelho, 2007.